

As “Novas Cartas Portuguesas” e a Contestação do Poder Patriarcal

Maria Graciete Besse

“Terminemos com mistificações e falsos pudores, quebrems até ao fundo toda água onde nos afundamos...”

Novas Cartas Portuguesas (p.261)

Na opinião de Maria Alzira Seixo há pelo menos quatro razões para reler *Novas Cartas Portuguesas*. Uma delas, talvez a mais importante, é o “confronto dos tempos” que permite “verificar como a situação para a qual o livro apelava (a situação social da mulher) não foi passível de qualquer alteração significativa¹”. Com efeito, apesar de ter havido alguns progressos na condição feminina em Portugal depois de 1974, as desigualdades mantêm-se e o poder patriarcal parece não ter sofrido grandes mudanças.

A publicação em Abril de 1972, em plena primavera marcelista, de *Novas Cartas Portuguesas*², livro assinado por três escritoras já conhecidas no espaço literário português, funcionou como um acto político de alto valor simbólico que provocou uma reacção feroz por parte da censura fascista: acusadas de pornografia e ultrage à moral pública, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa viram o seu livro retirado do mercado e descobriram-se a braços com um processo judicial a que só a pressão dos movimentos feministas internacionais e sobretudo a Revolução dos Cravos permitiram pôr termo.

A mais de 30 anos de distância, e mesmo se hoje os códigos morais e as mentalidades portuguesas já não se escandalizam com o livro das “três Marias”, parece-nos interessante interrogar o discurso de insurreição desta obra que, a nosso ver, ainda não perdeu de todo a actualidade, mesmo se a sua reedição em 1998 passou quase despercebida.

Ao mergulhar no livro, o que o leitor descobre antes de mais é uma

escrita ousada, por vezes agressiva, despudorada, formando um vasto panorama sobre o estatuto das mulheres no imenso cortejo do seu infortúnio histórico. Deparamos assim com figuras femininas marcadas por condicionalismos de várias ordens, maltratadas, enclausuradas, casadas à força, enganadas, exploradas e, apesar de tudo, extremamente pacientes. Mariana Alcoforado, a célebre religiosa de Beja, que serve de ponto de partida ao discurso entrecruzado e indissociável das três escritoras, funciona como o símbolo de todas as mulheres, como o arquétipo da alienação e da clausura feminina no seio da sociedade patriarcal, pois:

“Que mulher não é freira, oferecida, abnegada, sem vida sua, afastada do mundo? Qual a mudança, na vida das mulheres, ao longo dos séculos? No tempo de tia Mariana as mulheres bordavam ou teciam ou fiavam ou cozinhavam, sujeitavam-se aos direitos de seus maridos, engravidavam, tinham abortos ou faziam-nos (...) O que mudou na vida das mulheres? Já não tecem, já não fiam, talvez porque se desenvolveram a indústria e o comércio; as mulheres bordam, cozinham, sujeitam-se aos direitos de seus maridos, engravidam, têm abortos ou fazem-nos, têm filhos, nados-mortos, nados-vivos, tratam dos filhos, morrem de parto, às vezes, em suas casas, onde apenas mudou o feitio dos móveis, das cadeiras e dos cortinados.” (p.152)

Neste círculo infernal, o destino das mulheres repete-se de geração em geração, legitimado pela cultura

e pela tradição, uma vez que desde o princípio dos tempos:

“Tiveram os homens de se julgar semideuses caídos de sua graça por obra da mulher; e logo depois tiveram que se inventar redimidos através do ventre de nova mãe, essa santa, essa capaz de conhecer Deus no seu ventre e de no seu ventre encarnar o deus salvador, depois chamado o filho do homem - que ironia rebuscada - na sua vida e nos seus actos exemplares.” (p.154)

O estatuto da mulher no pensamento patriarcal foi sempre definido pela marginalização, pela estigmatização e pela domesticação. Dependentes e submissas, vítimas do amor ou da paixão, as mulheres foram durante séculos o verdadeiro Outro do homem, o “continente negro” que Freud assumia como inacessível. Num contexto cultural marcadamente “falocêntrico”, como diria Derrida, a escrita constitui para elas uma forma de afirmação identitária. Durante muito tempo, a epistolografia, género considerado “menor”, conotado com o feminino, revelou-se um fértil espaço de interrogação e de reflexão. Também o convento funcionou paradoxalmente como espaço de libertação, constituindo uma forma de escapar ao casamento imposto pela família.

As cinco cartas atribuídas a Mariana Alcoforado, publicadas em Paris no século XVII, com o título *Lettres de la Religieuse Portugaise*, contavam a paixão infeliz da freira abandonada por um oficial francês, o conde de Chamilly, e conheceram a partir de 1669 um êxito enorme que inspirou muitas conti-

nuações, respostas e imitações. Depois de várias polémicas, é hoje aceite como seguro que o autor destas *Cartas* foi Guilleragues, bom conhecedor da alma feminina e da história de Mariana Alcoforado que viveu efectivamente no convento de Beja. Ao traduzir as cartas da freira para alemão, em 1907, Rilke salientou a sua originalidade, considerando-as como as mais belas cartas de amor da literatura ocidental.

Em *Novas Cartas Portuguesas* as “três Marias” mobilizam justamente este texto, sem nunca evocarem Guilleragues, e inventam várias gerações de “Marianas” vítimas da opressão patriarcal, da violência social, da injustiça e da discriminação, como a Mariana filósofa que vê desmoronar-se todos os seus esforços literários, a mulher solteira e desprezada, que trabalha para ganhar um salário de miséria, ou ainda a mulher transformada em objecto de consumo, vítima do seu destino biológico. Através de uma rede intertextual, híbrida e fragmentada, as três autoras revelam a encruzilhada onde se encontra a mulher, em processo de tomada de consciência, ou seja, de “desclausura” (p.14). Desta forma, o livro afirma-se como um palimpsesto, na medida em que a sua superfície esconde níveis de significação mais profundos, equacionando modernidade e tradição. Com efeito, ao estabelecer relações com as famosas *Cartas* de Mariana Alcoforado, o texto moderno propõe uma palavra circular onde se conjugam dois tempos (passado-presente), dois espaços (interior-exterior) e dois universos (real-imaginário), solicitando frequentemente a dinamização de discursos oriundos da oralidade, da tradição lírica, de obras anteriores das autoras, de passagens de um texto de Albertine Sarrazin ou ainda, entre muitas outras possibilidades, a transcrição de um artigo do Código Penal português.

A pluralidade das vozes narrativas desenvolve pacientemente a teia de diversos percursos femininos, enraizados na relação problemática de Mariana Alcoforado e Chamilly,

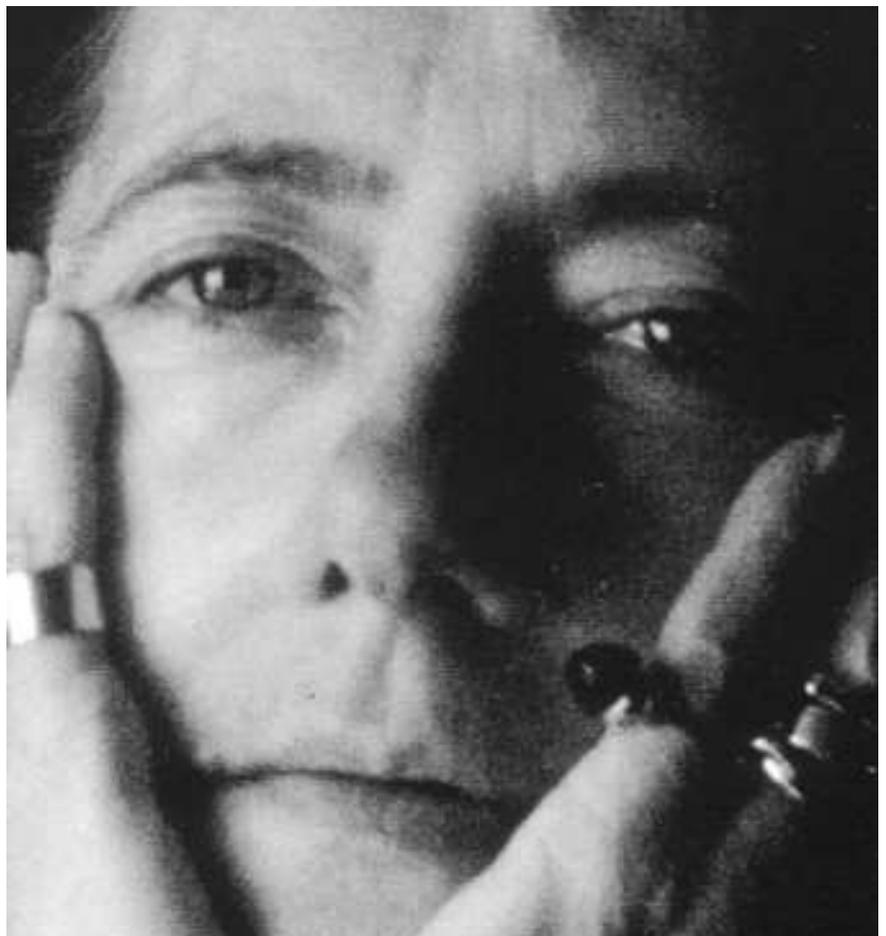
nas referências à mãe ou à irmã de Mariana, à amiga D.Joana de Vasconcelos, mas encontramos também discursos que nada têm a ver com a paixão da freira de Beja, inscrevendo-se antes num espaço social bem definido, como a emigração ou a revolta juvenil e introduzidos, respectivamente, pela carta de uma mulher da aldeia do Carvalhal, dirigida a seu marido, emigrante no Canadá, e pela carta de uma universitária de Lisboa endereçada ao seu noivo, desertor, propondo assim a afirmação de vivências múltiplas e singulares.

O discurso da intimidade abandona por vezes a veia epistolográfica para recorrer ao registo diarístico, com a transcrição de passagens do diário de D.Maria Ana, descendente da religiosa de Beja, nascida no princípio do século XIX, assumida como mulher sozinha, a recusar lucidamente a sujeição sentimental, o que significa que, mesmo pela denegação, o amor continua a ser o grande centro das atenções das narradoras:

“Amor, eu só o queria na igualdade; por isso recusei marido, recusei homem. Deixarei meu diário a minha sobrinha. O que posso ser, entretanto? Só me defino pela negativa; não bordo, não tenho filhos. Com Mariana sobrinha me identifico: sou mulher de palavra pesada; mulher de silêncio e diário...” (p.154)

A temática de *Novas Cartas Portuguesas* oscila assim entre dois pólos: o amor e a guerra, por vezes intimamente relacionados, como no discorrer da criada doente:

“ A minha mãe bem dizia: “Maria tem cuidado, isso de casamentos nunca se sabe, às vezes mais vale a gente ficar solteira...” mas como é que eu podia saber que o meu António havia de vir assim das Africas, ele que era uma pessoa, não desfazendo, de tão bom coração e desde que veio das guerras anda transtornado da cabeça e me mete medo grita noite e dia, bate-me até se fartar e eu ficar estendida.” (p.175)



Maria Teresa Horta - foto Maria José Palla

Ao longo da obra, a temática amorosa nunca ganha uma dimensão eufórica, já que a paixão se relaciona, desde as suas raízes etimológicas, com uma ideia de sofrimento. Contudo, é a partir dela que se elabora a visão de um espaço feminino cuja passividade é neutralizada pela intensidade da escrita, pela variedade das missivas onde o cruzamento das vozes de mulheres de “palavra pesada”, impõe uma constante afirmação de identidade. Desta forma, a paixão de Mariana Alcoforado pelo oficial francês ultrapassa os limites da história individual para se transformar em pretexto de análise aplicável a qualquer situação amorosa e

sobretudo em exercício que interroga incansavelmente o estatuto das mulheres através dos tempos, num espaço tradicionalmente fechado. O discurso sobre o amor parece constituir, desde sempre, o tema preferido da escrita produzida por mulheres. Mas, como afirma Béatrice Slama, tal facto tem raízes históricas, pois:

“Si les femmes, dans leurs textes, parlent tant d’amour, c’est peut-être aussi parce que c’est le seul discours qui leur soit concédé³.”

Outra constante da escrita feminina relaciona-se com a forma epistolar. Composta quase sempre por mulheres e dirigida essencialmente

a um público feminino, como observa Laurent Versini⁴, esta forma literária permite facilmente opôr dois mundos: o convento e a sociedade, o espaço feminino e o universo masculino, a clausura e a aspiração de liberdade.

Em *Novas Cartas Portuguesas* encontramos um conjunto de cartas cuidadosamente datadas (indo de 1 de Março de 1971 a 25 de Novembro de 1971, ou seja, produzidas simbolicamente durante nove meses), que passam em revista os grandes mitos da tradição misógina. Estas cartas podem reunir-se em três grupos: as que são escritas pelas três autoras, as que são atribuídas a Mariana Alcoforado e às suas relações (Chamilly, D. Joana de Vasconcelos, etc.) e as que são assumidas por personagens contemporâneas e muitas vezes anónimas. Assim se constitui um jogo de espelhos, de ambiguidades, de intercâmbios que permitem pensar de outra forma a história do poder, da propriedade e da dominação masculina. Por todo este discurso perpassa naturalmente uma ideia de fatalismo, relacionado com o conceito de “destino” ou de “natureza feminina”, mas a essa visão tradicional sobrepõem-se estruturas vivas, aprisionadas nos limites histórico-culturais que se confundem com a cena de uma História marcada pela misoginia. Nesta perspectiva, apesar de recorrer a uma série de elementos tradicionais, como a temática amorosa ou a forma epistolar, a obra impõe-se como um texto subversivo, na medida em que acaba por denunciar specularmente o peso dessa tradição.

A dimensão mais evidente da subversão relaciona-se com a forma como as autoras falam abertamente de temas desde sempre ocultados, como o corpo e o desejo físico, a sexualidade, o prazer feminino, o fingimento enquanto forma de alimentar as ilusões masculinas, de que é exemplo a seguinte passagem:

“a camisa de noite levantada às virilhas assim expostas e o ar composto de quem cumpre um dever vindo, herdado de nossas mães e avós, o prazer (não



Maria Isabel Barreno

muito, claro) fingido, imitado bem, a fim de se lhes dar a constante certeza da sua vigorosa virilidade, aura: bons na cama e no trabalho, excelentes pais de família e padrões de mulher, com ordenado certo ao fim do mês a fim de se poder comer e ter carro.” (p.111)

ou ainda, o nojo numa relação conjugal sem afecto, como afirma D.Joana:

“Sabes tu o que é sermos tomadas nuas por mãos apressadas e bocas moles de cuspo? O corpo dilacerado por membro estranho, escaldante, a magoar sobretudo a alma? Espada leivosa a retalharmos as carnes, Mariana, sabes tu minha irmã, o que é calarmos, dia após dia, o nojo, a aflição já sem lágrimas, nem lágrimas tendo para nos chorarmos, nem pena conseguirmos arranjar mesmo por nós próprias?”, (p.147)

No entanto, o que descobrimos em *Novas Cartas Portuguesas* não é apenas a história das mulheres, mas antes uma rede complexa de determinações culturais em que homens e mulheres se confundem no interior de um mesmo circuito ideológico pontuado pela multiplicação de representações, imagens, reflexos, mitos, identificações, mesmo se este processo passa pela definição do mundo masculino português, assim cruelmente apresentado:

“Frágeis no entanto são os homens em suas nostalgias, medos, rogos, prepotências, fingidas docilidades. Frágeis são os homens deste país de nostalgias idênticas e medos e desânimos. Fragilidade em tentativas várias de disfarce: o desafiar touros em praças públicas, por exemplo, os carros de corridas e lutas corpo-a-corpo. Ó meu Portugal de machos a enganar impotência, cobridores, ganhões, tão maus amantes, tão apressados na cama, só atentos a mostrar picha” (p.87)

Por outro lado, *Novas Cartas Portuguesas* utiliza todos os recursos da polifonia ao serviço do confronto de dois mundos, evocando os problemas gerais da

relação homem-mulher, introduzindo um debate sobre questões tabu como o adultério e o aborto, ou propondo ironicamente uma definição das “tarefas” femininas, apresentadas sob a forma de um exercício escolar, como a “redacção de uma rapartiga de nome Maria Adélia nascida no Carvalhal e educada num asilo religioso em Beja”, de que extraímos a seguinte passagem:

“As tarefas do homem são aquelas da coragem, da força e do mando. Quer dizer: serem presidentes, generais, serem padres, soldados, caçadores, serem toureiros, serem futebolistas e juizes, etc., etc. (...) Depois há as tarefas das mulheres, que acima de todas está a de ter filhos, guardá-los e tratá-los nas doenças, dar-lhes a educação em casa e o carinho; é também tarefa da mulher ser professora e mais coisas, tal como costureira, cabeleireira, criada, enfermeira. Há também mulheres médicas, engenheiras, advogadas, etc., mas o meu pai diz que é melhor a gente não se fiar nelas que as mulheres foram feitas para a vida da casa que é uma tarefa muito bonita e dá muito gosto ter tudo limpo e arrumado para quando chegar o nosso marido ele poder descansar do trabalho do dia que foi tanto, a fim de arranjar dinheiro para nos sustentar e aos filhos.” (p.238)

Neste mundo de “tarefas” bem delimitadas, inscreve-se contudo uma retórica da emancipação, presente ao longo de todo o livro, e capaz de conduzir a um equacionamento negativo do amor, entendido como cristalização cultural, visto que:

“...Todos os mitos do amor dão-no como impedido e irrealizado, e todas as histórias de amor são histórias de suicidas; porque temos de remontar o curso da dominação, desmontar suas circunstâncias históricas, para destruir suas raízes. Entendo, pois, que não basta pensar em relações de produção, sendo socialmente a mulher produtora

de filhos e vendendo sua força de trabalho ao homem-patrão. Esta é uma exacta e muito necessária mas não total leitura da realidade (...) Mas a esta leitura é necessário acrescentar todos os sistemas de cristalizações culturais que vieram sustentando, reforçando, justificando e ampliando essa dominação da mulher” (p.90)

O discurso de *Novas Cartas Portuguesas* corresponde assim a um exercício entendido como instrumento político, como revisitação da ordem simbólica que governa a sociedade, através da noção de “resistência feminina” que aponta para duas atitudes fundamentais (já identificáveis de certa forma, no início do século XIX, em Portugal, com as mulheres republicanas, mas que o salazarismo esmagará em seguida): uma forte mobilização no sentido de conquistar direitos cívicos e liberdade de expressão; e uma escolha identitária que tenta promover uma relação feminina com o mundo, através do exercício de uma escrita ligada à condição das mulheres. A dessacralização do sistema patriarcal passa em primeiro lugar por uma tomada de consciência do estatuto da mulher e, em seguida, pela desmontagem dos mecanismos de dominação que persiste ainda nas mentalidades dos nossos dias, apesar de todas as transformações que conheceu a sociedade portuguesa:

“a mulher vota, é universitária, emprega-se; a mulher bebe, a mulher fuma, a mulher concorre a concursos de beleza, a mulher usa mini-maxi-saia, “hot-pants”, “tampax”, diz “estou menstruada” à frente de homens, a mulher toma a pílula (...) vai para a cama com o namorado (...) E o homem exulta, irmãs, e ajuda a mulher nesta farsa, neste engodo de, nesta falsa e vergonhosa “libertação” onde cada vez mais presa (e agora de si própria), a mulher é apanhada nas malhas de uma sociedade que a usa, a domina, a escraviza, a conduz, a utiliza, a manuseia, a consome.” (p.235)

A tomada de consciência que as



três autoras nos propõem, desenvolve-se não só através da denúncia dos estereótipos culturais relacionados com o destino das mulheres, mas também da incursão num domínio tradicionalmente reservado aos homens, como a literatura erótica. As cenas de masturbação, a evocação do orgasmo ou do incesto propõem uma visão diferente do feminino e perturbam inevitavelmente os códigos de moralidade vigentes nos anos 70, ao mesmo tempo que inscrevem em ousadia uma palavra que afirma a presença de uma mulher-sujeito. Notemos que a evocação dos interditos não passa todavia pelo discurso directo no momento da elaboração da obra, tal como o sublinha Maria Velho da Costa numa “confidência” feita a Cecília Barreira: “Durante o trabalho de nós três, das três Marias, não falávamos do orgasmo. Acho que ainda por tabu e desconhecimento. Coisas que hoje toda a gente sabe não eram faladas. Nós éramos capazes de discutir violência sexual até, mas não essas coisas. Era um tabu inconsciente. Nem mesmo a Teresa, muito audaciosa, falava disso. O tabu era tão profundo que nem ocorria. O orgasmo não fazia parte da nossa linguagem. Essa palavra não existia no nosso discurso⁵.”

Pelo seu militantismo, *Novas Cartas Portuguesas* pode ser apontado como o momento de uma viragem na literatura portuguesa produ-

zida por mulheres, na medida em que funda uma libertação que passa pelo acesso à consciência e à criação, realizando uma afirmação existencial e anunciando a desmistificação da mulher, a reapropriação do seu corpo, da sua sexualidade e da sua linguagem, num movimento de transformação um pouco à maneira de Simone de Beauvoir que afirmava em *Le Deuxième Sexe*: “on ne naît pas femme, on le devient”. Como observa Paulo de Medeiros:

“Em parte, *Novas Cartas Portuguesas* pode ser visto como um livro-chave do feminismo tradicional, se se atentar principalmente na inversão realizada pelas autoras da função das *Cartas*, que, em vez de serem a expressão do desejo masculino - dissimulado através do artifício da suposta voz de Mariana Alcoforado - para com um “objecto” (a mulher) exotificado (portuguesa e freira), passaram a ser a restauração do desejo feminino à boca (e ao corpo) das mulheres. Consequentemente, *Novas Cartas Portuguesas* funciona também como uma revelação e uma condenação da condição feminina no sistema patriarcal⁶.”

Ao perguntar a certa altura: “Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (p.234), as três autoras afirmam finalmente que a escrita feminina é um fenómeno trans-histórico, podendo constituir a emergência de uma voz diferente, veiculando uma ideia de mudança que passa

inevitavelmente pela invenção de outros modelos, pela construção laboriosa de uma identidade, pois:

“Tudo terá de ser novo, e todos temos medo. E o problema da mulher, no meio disto, não é o de perder ou ganhar, é o da sua identidade” (p.254) ●

¹ Maria Alzira Seixo, *Outros Erros. Ensaios de Literatura*, Ed. Asa, Porto, 2001, p.179.

² Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, Estúdios Cor, Lisboa, 1972. Utilizamos neste estudo a 7a edição, Pub. D.Quixote, Lisboa, 1998.

³ Béatrice Slama, in Aron, *Misérable et glorieuse la femme du XIX^e siècle*, Fayard, Paris, 1980, p.234

⁴ Laurent Versini, *Le roman épistolaire*, PUF, Paris, 1979, p.60

⁵ Cf. Cecília Barreira, *Confidências de Mulheres, anos 50-60*, Ed. Notícias, Lisboa, 1993, p.180.

⁶ Paulo de Medeiros, “O som dos búzios : feminismo, pós-modernismo, simulação”, in *Discursos*, nº5, Outubro de 1993, p.42.

Résumé

Lever le silence sur les violences misogynes tel est le but des trois romancières portugaises qui publient, en 1972, *Nouvelles Lettres Portugaises*. Ce livre, éminemment politique, provoque un énorme scandale dans le Portugal conservateur de Marcelo Caetano mais il obtient l'appui inconditionnel des mouvements féministes internationaux. Prenant comme point de départ les fameuses lettres de la religieuse portugaise, parues au XVII^e siècle, les “trois Marias” interrogent la condition féminine et dénoncent un système de pensée patriarcal imposé et accepté comme universel. Leur parole se veut émancipatrice, subversive, susceptible de nourrir une profonde réflexion sur les frontières du féminin et du masculin.